

## Líderes do Senado seguram CPI do MEC para depois da eleição



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após reunião com líderes sobre CPI Gabriela Biló/Folhapress

# Líderes de bancada do Senado decidem adiar CPI, e oposição deve ir ao STF

Rodrigo Pacheco (PSD-MG) diz que abrirá comissões após escândalo do MEC, mas que maioria quer que trabalhos comecem após eleições

Renato Machado e Thiago Resende

BRASÍLIA. Líderes de bancada do Senado Federal indicaram nesta terça-feira (5) que vão segurar a instalação da CPI para investigar casos de corrupção no MEC (Ministério da Educação) para, pelo menos, após as eleições de outubro. Como reação, o autor do requerimento, Raulo Rodrigues (Rede-AF), deu um prazo até esta quarta-feira (6) para que o documento seja lido no plenário — passo que configura a abertura da comissão — e avisou que vai recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar garantir o seu funcionamento.

Apesar da pressão da oposição, a leitura do ato que abre caminho para a abertura da CPI não garante a instalação da comissão. Isso depende da indicação de representantes pelos líderes da bancada. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu ler os requerimentos para a abertura de três comissões: CPI do balcão de negócios do MEC, proposta pela oposição; e as comissões governistas para investigar obras de educação paradas nos governos do PT e uma para investigar a atuação do narcotráfico no Norte do país.

A decisão foi comunicada aos líderes de bancada em reunião nesta terça. Pacheco também comunicou que não vai seguir o critério de ordem cronológica, que havia sido solicitado por governistas. Os requerimentos serão lidos por Pacheco na sessão do plenário de quarta ou quinta-feira (7). O presidente do Senado também decidiu que vai unificar dois requerimentos de CPIs que já foram lidos, para apurar a atuação de ONGs na Amazônia e a alta das queimadas. Por outro lado, o senador abandonou a hipótese de unificar os requerimentos relativos ao MEC por não haver contemporaneidade. Cumprida a parte regimental, Pacheco havia decidido discutir com os líderes os detalhes sobre o início de funcionamento das comissões. Na prática, Pacheco tomou a decisão regimental de abrir as

**CGU MINIMIZA ESCÂNDALO NO MEC E DIZ NÃO A HAVER CORRUÇÃO NA ALTA CÚPULA DO GOVERNO** O ministro-chefe da CGU (Controladoria-Geral da União), Wagner Rosário, se esquivou a responder se há casos de corrupção no governo Jair Bolsonaro (PL) e minimizou as denúncias que atingem o MEC. Ele disse se orgulhar de o governo ter apenas um ministro envolvido em um episódio que resultou em prisão, caso de Milton Ribeiro. Rosário e o atual ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, falaram nesta terça (5) na Câmara dos Deputados sobre as denúncias de corrupção no MEC. Ambos foram convidados para serem ouvidos em sessão conjunta das comissões de Educação e de Fiscalização Financeira e Controle. "Temos aqui o caso de investigação em cima do ministro, não temos mais nenhum caso de ninguém envolvido recebendo propina, isso é uma coisa que orgulha bastante", disse.

CPIs, mas decidiu compartilhar com as bancadas a responsabilidade e a decisão sobre as instalações. "O Senado, integralmente, reconhece a importância das CPIs para investigar ilícitos no MEC, desmatamento ilegal na Amazônia, crime organizado e narcotráfico. Os requerimentos serão lidos em plenário por dever constitucional e questões procedimentais serão decididas", escreveu Pacheco em redes sociais, após a reunião.

"Porém, a ampla maioria dos líderes entende que a instalação de todas elas deve acontecer após o período eleitoral, permitindo-se a participação de todos os senadores evitando-se a contaminação das investigações pelo processo eleitoral", completou.

Durante a reunião, a maior parte dos líderes partidários se manifestou em defesa de adiar a instalação das comissões. Mesmo senadores que assinaram o requerimento, como Izalci Lucas (PSDB-DF), sinalizaram preocupação com a contaminação dos trabalhos de investigação pelo período eleitoral. O líder do governo, Carlos Portinho (PL-RJ), argumentou que grande parte dos senadores estarão envolvidos com as eleições e que mesmo aqueles que não disputarão os pleitos não seriam suficientes para preencher as indicações para todas as CPIs.

Defenderam a instalação em agosto da comissão apenas a minoria e o líder da minoria, Jean Paul Prates (PT-RN). "A maioria alegou ou defendeu que o momento eleitoral com a privação de tempo e disponibilidade dos senadores em função da presença nas bases eleitorais poderia prejudicar o funcionamento das CPIs", afirmou.

"Mesmo que alguns [senadores] se envolvam em eleições, é necessário dosar e trabalhar, senão o Senado deveria decretar férias em período eleitoral", completou.

Os líderes se comprometeram a indicar representantes para a CPI apenas em outubro. Pelo acordo para divisão das cadeiras, a oposição depende do apoio de partidos independentes para conse-

guir dar início à investigação. É necessária a indicação de 6 dos 11 membros para que a comissão seja instalada.

Por isso, a batalha agora é para que os líderes das bancadas apresentem os nomes que farão parte da comissão.

O MDB tem uma ala que faz oposição ao governo. Por isso, o partido deve fazer as indicações para a comissão.

No entanto, a disputa está em torno do PSD, que é a segunda maior bancada da Casa. O partido está dividido em relação à CPI, sendo que a tendência é contrária à investigação às vésperas da eleição.

*Continua na pág. A5*

### Como instalar uma CPI no Senado

**1. Protocolar requerimento** O documento deve apresentar fato determinado, contar pelo menos 27 assinaturas e indicar um prazo para realização dos trabalhos

**2. Leitura do requerimento** O presidente do Senado precisa ler o requerimento no plenário da Casa, passo que representa a abertura da CPI. Não há prazo para que esse procedimento seja executado. Senadores podem acrescentar ou retirar assinaturas até a meia-noite do dia da leitura

**3. Indicação de membros** Blocos partidários indicam os senadores que vão compor a CPI. Também não há prazo

**4. Instalação da CPI** A comissão se reúne para escolher presidente, vice-presidente e relator. Essa primeira sessão configura a instalação da CPI

**5. Prazo** A CPI atua inicialmente por até 90 dias, mas esse prazo pode ser prorrogado

**Outras regras**

- Não há limite de CPIs a serem instaladas simultaneamente
- Cada senador pode participar de apenas duas CPIs concomitantes, sendo uma como titular e outra como suplente

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 4